
Metaphors, We Li(ve) By: Metáfora, verdade e mentira nas línguas naturais

José Teixeira

ILCH e CEHUM – Universidade do Minho

jsteixeira@ilch.uminho.pt

Resumo:

Desde o célebre *Metaphors We Live By*, as propostas de base cognitiva vêm mostrando que o processo metafórico não é apenas um processo linguístico, mas um aspeto fundamental do funcionamento da cognição humana que as línguas também espelham. Neste funcionamento, comprova-se ser grande a influência que as especificidades sócio-cognitivas têm na sistematização, construção e interpretação da globalidade do fenómeno metafórico.

A partir da análise de metáforas retiradas da imprensa económica, este texto procurará discutir até que ponto o processo metafórico, assentando em conhecimentos do mundo partilhados e usualmente inquestionados, é um processo orientado, fornecedor de interpretações manipuláveis.

Palabras chave:

Metáfora, cognição, linguagem económica.

Abstract:

After the foundational Metaphors We Live By, cognitive linguistic theories have shown that the metaphorical process is not just a matter of verbal language, but a fundamental aspect of the functioning of human cognition that languages also can mirror. This kind of functioning proves the great influence of the social-cognitive specificities in the systematization, construction and interpretation of the global metaphorical phenomenon.

Starting from the analysis of some metaphors of the language of economics, this paper will try to discuss if and until which level the metaphorical process, based on a shared and usually unquestioned knowledge of the world, is a ideologically oriented process, providing manipulated interpretations.

Key words:

Metaphor, cognition, language of economics.

1. O mito da “Função Referencial” e das metáforas “ininterpretáveis”

Nascida verdadeiramente nas primeiras décadas do século XX num clima científico que se pretendia objetivo e mecanicisticamente explicativo, a linguística vai

Revista Galega de Filoloxía, ISSN 1576-2661, 2013, 14: 201-225

Data de recepción: 03/04/2013 | Data de aceptación: 06/05/2013

acarretar durante muito tempo o rasto da procura do objetivismo e da presunção de que a linguagem deve ser vista como uma estrutura transmissora de informações representativas da verdade do mundo. O estruturalismo pós-saussureano vê o signo como o elemento que intermedeia entre o mundo tal como ele é e os nossos usos linguísticos aos quais o significado desse mesmo signo aporta a referencialidade. O referente externo, extralinguístico, é dotado de determinadas particularidades que se consubstanciam no signo, sendo este, portanto, o transmissor da “realidade externa” para o âmbito interno da língua.

As célebres e tão populares “funções da linguagem” de Jakobson assentam precisamente nesta visão de que a função primordial da linguagem é a transmissão de *informação* sobre a realidade objetiva e extralinguística e por isso esta mesma função aparece traduzida nas expressões “função referencial”, “função informativa” ou “função denotativa”. *Referir, informar e denotar* a realidade do mundo é, nesta visão, a primeira finalidade das línguas naturais.

Portanto, parte-se do axioma de que há um mundo real objetivável e de que a linguagem é o instrumento humano para traduzir esse mundo objetivável. Quando tal não acontece, então é porque algo de não normal interferiu. Propõe-se, por exemplo, uma característica denominada *prevaricação*¹ que permite que a linguagem se possa usar para não dizer a verdade ou para transmitir informações falsas.

No entanto, há, nesta perspetiva estruturalista, uma dimensão da linguagem que possibilita a fuga à denotação da realidade: a linguagem metafórica. Se se disser *Os olhos dela eram esmeraldas brilhantes* não se está a dizer a verdade, porque os olhos não são pedras. Este tipo de uso é considerado, pelo estruturalismo, um “uso não referencial, denotativo”, mas metafórico. Estas formas de linguagem tendem a ser vistas como “desvios da norma” (atribuídas em grande escala aos usos da função poética) e consideradas pelas teorias generativas de Chomsky (GGT) como *frases ininterpretáveis*, embora gramaticais. A ininterpretabilidade resulta do facto de que, embora os falantes lhe deem interpretações, tais interpretações, segundo a GGT, extravasam a linguagem normal, a linguagem que retrata a “verdadeira realidade” e por isso este tipo de usos, nesta conceção de língua, traz dificuldades a qualquer teoria linguística que assente no pressuposto da linguagem como transmissora de informação real e verdadeira.

Não é, pois, de admirar, que a linguística estrutural, quer de raiz pós-saussureana, quer também a de raiz chomskiana, parta do axioma de que há uma referencialidade

1 Uma das características específicas da linguagem humana, segundo Charles Hockett, retomada por Lyons (1977).

real, denotativa, que constitui o cerne do fenómeno linguístico e outra conotativa, figurada, que tem que ser vista e tratada ao lado (ou mesmo posta de parte).

Porém, se questionarmos o axioma de que a linguagem é uma estrutura abstrata centrada na sintaxe, mas antes um sistema que se destina a transmitir conteúdos cognitivos e que se serve de todas as estruturas linguísticas, então talvez se tenham de colocar questões mais abrangentes, na medida em que as frases tidas como “ininterpretáveis” (as expressões metafóricas) são usualmente interpretadas, fazendo delas, os falantes, uso bastante generalizado.

A primeira será sobre os próprios conteúdos cognitivos utilizados. E para tentar encontrar pistas de respostas para esta questão, ter-se-á que analisar de que forma percebemos, organizamos e transmitimos os referidos conteúdos cognitivos.

2. Conteúdos cognitivos, categorização e verdade

Se a linguagem serve para fazermos referência ao mundo em que nos inserimos, as coisas e as ações que experienciamos, temos de organizar toda essa experiencição em modelos informativos que mais economicamente possam ser processados, armazenados, utilizados em situações futuras de molde a aumentarem as hipóteses de sobrevivência, quer ao nível do indivíduo, quer da espécie. O funcionamento biológico orientado para a sobrevivência é comum a todas as espécies. O humano passou, indubitavelmente, pela organização e complexificação cerebral através da linguagem.

Deste modo, transformamos a mente num instrumento de aprendizagem que nos permitiu utilizar de uma forma competitivamente vantajosa todo o *stock* cognitivo armazenado sobre o mundo e as nossas interações com ele. Podemos, assim, construir modelos que vamos progressivamente adequando e que nos fornecem previsibilidades competitivamente vantajosas: o conceito de *fogo*, ao ser adquirido, implica que o indivíduo saiba que pode ser útil e perigoso, quando e em que circunstâncias. Alguém que não tenha este conceito suficientemente estabilizado está em desvantagem de apreensão do mundo e de sobrevivência perante outros.

Os conceitos, elaborados através das nossas categorizações, como os conceitos de *luz*, *fogo*, *cair*, *cão*, *morrer*, são, portanto, o resultado cognitivo das nossas vivências sentidas e imaginativamente reelaboradas que a linguagem vai estruturando, possibilitando comparações e inter-relações que favoreçam inferências úteis para a sobrevivência. A linguagem, mais do que servir para comunicar, serve para, antes disso, organizar conteúdos cognitivos. No dizer do neurocientista António Damásio

A linguagem, com as suas palavras e frases [...] é uma conversão de imagens não linguísticas que representam entidades, eventos, relações e inferências. [...] A linguagem funciona [...] simbolizando em palavras e frases aquilo que começa por existir sob uma forma não verbal (Damásio 2004: 134).

A questão deve começar, portanto, em querer saber a forma como convertemos estas imagens em conceitos e categorias.

Embora frequentemente *conceito* e *categoria* sejam usados como sinónimos denominando as mesmas realidades, parece-nos ser útil fazer alguma distinção. Na verdade, o processamento conce(i)tual pode não implicar um processamento linguístico, como acabou de dizer Damásio. A estruturação dos conceitos nos seres humanos deve ser independente e anterior à estruturação linguística. Assim, parece mais acertado aceitar que, no dizer de Damásio, as “imagens não linguísticas que representam entidades, eventos, relações e inferências” são a matéria para os conceitos que os mecanismos linguísticos ajudarão a organizar em categorias linguísticas (Figura 1).

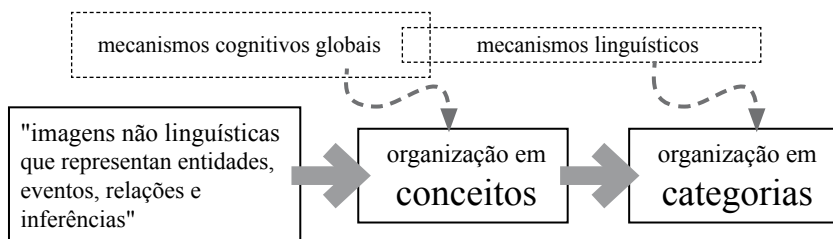


Figura 1

Neste complexo processo de apreensão e codificação concetual e categorial, não absorvemos “a verdade” das coisas, seja isso o que for. O que nos importa fazer é destacar, da realidade a concetualizar, algumas das facetas que a constituem e que nos parecem mais importantes, evidenciando umas e ignorando ou desvalorizando outras. A psicologia e as neurociências vêm provando inequivocamente como os nossos mecanismos de perceção não são *objetivos*, não nos fornecem a realidade das coisas, mas antes uma perceção interessada que nós, a partir delas, fazemos. Os estudos sobre a forma giestáltica da perceção e respetivos processos cerebrais, o funcionamento da(s) memória(s), dos neurónios-espelho e tantos outros mecanismos relativos à apreensão da realidade evidenciam como os processos de cognição são sempre processos de filtragem e não de espelhamento. Na Figura 2 percecionamos os losangos A e B como tendo cor/tonalidade bem contrastante quando são exatamente

iguais (basta tapar o resto da figura para o comprovar); e na Figura 3 parece-nos que o segmento D é maior do que o C, quando também são iguais.

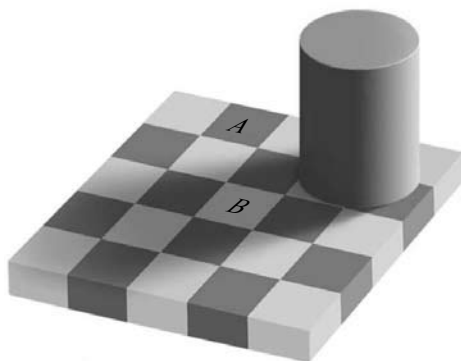


Figura 2

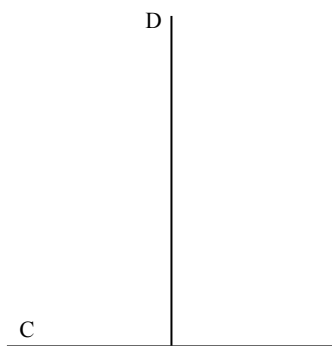


Figura 3

Estes e outros bem conhecidos exemplos de ilusão perceptiva comprovam como apreendemos a realidade por *gestalt*, construindo globalmente um modelo que a retrata e não pela soma *verdadeira e real* das respetivas partes componentes.

O que conta, também no final do processo de concetualização e categorização, são as perceções que fazemos sobre a realidade, ou seja, aquilo que ela é para nós. Isto implica acentuar algumas dimensões e minimizar outras. Por exemplo, no conceito de *mesa* a vertente [ser de madeira/ ser de metal/ ser de plástico] é (quase) indiferente, mas já no conceito de *lança* ou *espeto* é fundamental. Um “espeto de pau”, como diz o provérbio sobre a casa dos ferreiros, quase que não é um espeto... Por outro lado, o aspeto da funcionalidade é muito mais unívoco e concretizável em *lança* do que em *espeto*, em *livro* do que em *pasta*, mostrando esta variabilidade de aspetos destacados a variabilidade de interesses que acarretam consequências na forma como construímos as relações conceito-significado.

Nota-se, portanto, que as propriedades que destacamos nos objetos/ realidades/ construções (ou melhor, nas interações vivenciais) que subjazem às categorizações não são tanto propriedades dos objetos independentemente dos sujeitos, mas sobretudo propriedades da interação sujeito-realidade, propriedades essas que devem a sua seleção precisamente ao facto de decorrerem das relações com os sujeitos humanos. Concetualizar “água” como um líquido, essencial à vida, que existe nos rios e no mar, que quando cai do céu se designa *chuva*, etc., é destacar um conjunto

de características em detrimento de outras. A água, no universo, é mais sólida e gasosa do que líquida. Porém, para a nossa experiência vivencial, ser líquida é, contudo, muito mais importante. Não se deve, portanto, colocar a questão de saber se as nossas categorizações linguísticas revelam a “verdade” sobre a realidade, já que elas se formam na base dos interesses e percepções que nós fazemos na interação com essa mesma realidade.

3. Processo metafórico e verdade

A categorização é, pois, o processo cognitivo que permite a organização dos conceitos em categorias linguísticas. Estas são construídas em protótipos que representam um modelo mental dinâmico que contém em estrutura tendencialmente hierarquizada as facetas (“traços”, diria a semântica componencial) que consideramos típicas e fundamentais para inserir a percepção sobre uma parte da realidade dentro da categoria.

Organizando-se desta forma, a cognição e a linguagem evitam construir categorias diferentes para todas as porções diferentes da realidade: dois (muitos) pedaços de realidade diferente, ou seja, duas (muitas) experiências diferentes podem ser incluídas na mesma categoria. Dentro da categoria *árvore* há muitos objetos diferentes e dentro da categoria *correr* também há muitos processos de ação diversificados. As crianças de 5 anos correm muito, costumamos dizer, os atletas olímpicos dos 100 metros também e as gazelas também correm muito. Mas não é exatamente a mesma ação a designada por *correr*. No entanto, aplicamos a mesma categoria linguístico-cognitiva. É o fenómeno da extensão categorial, muito ligado à tradicional questão da polissemia, sem a qual as línguas naturais dificilmente funcionariam.

É neste sentido que as categorias são polirrepresentativas: uma realidade é representada pela categoria na qual a inserimos, não tendo nós de construir uma categoria própria para cada realidade experienciada.

Ora no respetivo processo de organização, as categorias não se acumulam sumativamente. A nossa mente e o nosso léxico não são uma listagem sumativa, como um dicionário. Usamos a técnica de compreender cada elemento novo em função do já armazenado, ou seja as categorias em *stock* funcionam como modelos para podermos apreender as categorias posteriores e mais complexas. E um dos processos de base deste funcionamento é o processo metafórico.

É sobretudo a partir da obra de George Lakoff e Mark Johnson *Metaphors We Live By* (1980) que a metáfora é tida como um processo normal de significação e referencialidade linguística. Apresentada como base fundamental nos nossos

processos cognitivos, é inserida numa dimensão linguístico-cognitiva e não mais centrada no âmbito da teoria literária.

A metáfora é, para a Linguística Cognitiva, muito mais do que o resultado da criatividade individual ou da não-normalidade de processos semânticos e é encarada como a forma recorrente como concetualizamos o mundo: do já conhecido para o desconhecido, do mais saliente para o que se quer salientar.

Assim, o primeiro aspeto que indicia que o processo metafórico não tem como primeira função a “apreensão da verdade” referencial é que entre os termos utilizados nesse processo não há igualdade informacional, mas desigualdade. O elemento metaforizante tem como função evidenciar particularidades do metaforizado. Isto leva a que o elemento metaforizante deva ser, em princípio, mais conhecido e já compreendido pelos recetores da metáfora. Não será habitual que alguém construa uma metáfora como “Quando eu nasci, era um cascavelho” numa comunidade em que esse mesmo alguém sabe que ninguém conhece o que é um *cascavelho*². No processo metafórico tem que se usar o conhecido para referir o desconhecido. Parte-se de uma base tida como plataforma de entendimento comum (B) e atribui-se esse conhecimento a uma realidade-alvo que se pretende compreender (A). O processo metafórico baseia-se, pois, no simples esquema “A é B”:

A=Alvo a categorizar		B=Fonte, base conhecida
<i>Aquele bebé</i>		<i>um cascavelho</i>
<i>Discutir</i>	<i>é</i>	<i>lutar</i>
<i>O deserto</i>		<i>um mar</i>

Com este procedimento conseguem-se graus de abstração progressivamente mais complexos nos processos de categorização. Basta ver como nos nossos conceitos abstratos facilmente reconhecemos a base física ou menos abstrata das concetualizações anteriores: *ter*<*tenere*=“agarrar”> *ter*=“possuir físico”> *ter*=“posse nocional” (“ter razão”). As mudanças semânticas nas línguas ilustram abundantemente estes processos: *descobrir* (<“destapar”), *supor* (<“pôr por baixo”), *explicar* (<“tirar as peles, aquilo que impede a visão”, ...).

2 Esta metáfora foi utilizada, concretamente, por uma entrevistada idosa num inquérito integrado numa investigação sobre a fala da região de Braga. Nenhuma das entrevistadoras e dos investigadores integrados no projeto (exceto o autor deste artigo por ser da região) percebeu a metáfora por não saberem o que é um “cascavelho”. Mas a entrevistada, de certeza, que pensava que, como ela, “toda a gente” sabia que *cascavelho* significa “coisa pequena, fraca, não desenvolvida”. A origem é o nome dado às pseudo-castanhas que não se desenvolvem e ficam apenas como uma casca fina e vazia por nos ouriços normalmente terem nascido entaladas entre duas castanhas grandes.

Porque se serve do já adquirido para processar cognitivamente outras realidades, o processo metafórico é um mecanismo absolutamente essencial para apreendermos determinados aspetos da realidade mais abstrata: a perceção do espaço (sensorial, muito primitiva) vai permitir uma outra muito mais difícil de perceber diretamente, a do tempo. Imaginamos o tempo como uma espécie de espaço, entre um antes e um depois, um para a frente e para trás, com uma direcionalidade, um percurso, etc.. Ou seja, metaforicamente o tempo é uma realidade *comparável* ao espaço, os segmentos temporais podem ser representados/ metaforizados por segmentos espaciais. O processo metafórico é, pois, um mecanismo que permite utilizar as categorias mais salientemente conhecidas, mais fundamentais, para a elaboração de outras, mais abstratas e complexas. Por isso, tal processo não é apenas um adorno da linguagem, como a retórica clássica tendia a descrevê-lo. A complexidade do conhecimento implica complexidade metafórica³.

No entanto, se determinados conceitos são construídos por metáfora, como se deve encarar a respetiva validade ou “veracidade”? Se concebemos a realidade A a partir da realidade B, devemos considerar verdadeira a identificação de A com B? Porque retratamos a discussão como uma luta, usamos as expressões “vencer a discussão”, “argumento imbatível”, “estar à defesa” (= ‘não querer atacar’). Ou seja, referimos a discussão com as mesmas referências das lutas. São “verdadeiras” estas formas que utilizamos? Pensando/ falando das discussões como pensamos/ falamos de uma luta não estamos a fugir à *verdade* das coisas?

Não. E não, porque nós sabemos que “discutir” e “lutar” não são verdadeiramente, na realidade experienciável, a mesma coisa, mas, isso sim, que podemos imaginar uma discussão como UMA ESPÉCIE de luta em vários aspetos e que essa identificação linguístico-expressiva não corresponde a uma identificação referencial real. Por isso entendemos que a palavra *letal* em “o último argumento foi letal” não expressa rigorosamente o mesmo em “o último tiro foi letal”.

Esta dimensão de poder manipular simultaneamente uma dimensão experienciada, real e uma dimensão metafórica construída sobre ela é uma parte essencial da cognição e da linguagem humana, presente sempre que utilizamos um modelo concetual para construir e referir outro através dos mecanismos cognitivos e expressivos do referido processo metafórico. As referências metafóricas (“argumento letal”) não são, por isso mesmo, menos “verdadeiras” do que as referências sensorialmente diretas (“tiro letal”). São, em muitos casos, absolutamente necessárias, não como auxiliares para a referência (adornos ou figuras da linguagem para a Retórica tradicional) mas

3 O conhecimento científico implica estruturação metafórica, não apenas porque uma teoria científica é sempre um modelo que retrata a realidade, mas mesmo porque relações como “5 é maior do que 4” se baseiam numa estrutura metafórica: QUANTIDADE É GRANDEZA (ver Lakoff / Johnson 1980).

como o modo mais económico e eficiente como podemos expressar realidades mais complexas ou abstratas.

Ao receio de ver a metáfora como um processo normal de concetualização e organização de conhecimento, chamam Lakoff e Johnson, o “medo da metáfora” que levou, na tradição dos estudos filosóficos e retóricos, a considerá-la como para-razional (ou mesmo antirrazional). Esta metaforofobia baseia-se na ideia de que a linguagem rigorosa, verdadeira, denotativa e objetiva deve evitar expressões metafóricas. Mas não. Não pode. Vivemos através de metáforas, “Metaphors We Live By”, como se intitula a já citada obra emblemática de Lakoff e Johnson.

4. A liberdade condicionada do processo metafórico

A tradição de análise filosófica e literária compreendia a metáfora como um processo ligado à componente artística de embelezamento do discurso. E, como em toda a arte, a dinâmica criativa era tida como referente ao trabalho da imaginação, do pensamento divergente, no sentido de que na construção da metáfora não há predeterminações naturais, mas tão só a plena liberdade do pensamento criativo.

Duvidar da liberdade do artista, ou do criador, na construção da metáfora pode parecer absurdo ou irrelevante. No entanto, como a visão cognitiva defende que o significado é corporizado (Lakoff / Johnson 1999), defende, igualmente, que a construção concetual base desse significado se alicerça nas experiências vivenciais, depende delas e essa dependência manifesta-se nas perceções codificadas pelos processos do significado linguístico.

Na metonímia, esta interdependência era aceite pacificamente: entre dois domínios vivencialmente associados, poder-se fazer a referência a um em vez do outro: *copo de água* POR *água do copo*, *cabeça* POR *pessoa*, *autor* POR *obra* (*gosto de Mozart, li Camões todo*, etc.). Mas a metáfora é, por definição, diferenciada da metonímia exatamente por estarem envolvidos dois domínios diferentes. Portanto, domínios vivencialmente não relacionáveis.

No entanto, esta distinção entre metáfora e metonímia tem vindo a ser matizada em vários estudos de pendor cognitivo. Metáfora e metonímia são entendidos frequentemente como fenómenos contínuos e contíguos (Goossens 1990, Dirven / Pörings 2002, Barcelona 2000). Este último autor defende mesmo que toda a metáfora tem uma base metonímica ou uma metonímia concetual.

Se nos focarmos no domínio das emoções, podemos constatar como várias metáforas das emoções partem de metonímias da fisiologia da perceção humana. Uma das mais

célebres na literatura escrita em português é a de um soneto camoniano: AMOR É FOGO⁴.

Até onde é que vai a “originalidade” de associar *amor* a *fogo*? A ligação entre os sentimentos intensos como a paixão/amor e os respetivos sintomas (incremento dos batimentos cardíacos, da circulação sanguínea e por isso também o da temperatura corporal) são experiências sensorialmente comuns nos seres humanos. Constituem, portanto, associações metonímicas. E é para traduzir a dimensão extrema da metonímia da temperatura que ela pode ser ligada a uma experiência de um outro domínio: o fogo. E assim AMOR > AUMENTO DE TEMPERATURA CORPORAL > FOGO sintetiza-se em AMOR É FOGO:

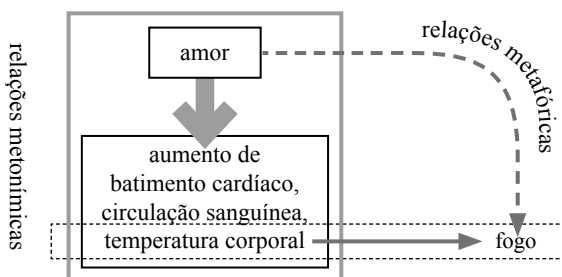


Figura 4

Como se pode constatar, a associação de *amor* a *fogo* não tem muito de invenção criativa, mas apenas de expressividade de uma cognição metonímica exponenciada por uma metáfora que nela se baseia.

Este processo mostra como nós, sujeitos humanos, não temos liberdade ilimitada para escolher as metáforas que queremos para um determinado alvo. A escolha da Fonte além de ser, em parte, determinada pelo Alvo, sofre pré-encaminhamentos e condicionamentos causados pelas vivências metonímicas. O conceito de metaftonímia pretende precisamente retratar esta dimensão.

4. A liberdade que a metáfora permite

Se, pelo exposto atrás, se compreende que há constrições de domínio temático e de experienciação que fazem com que no processo de metaforização a relação Fonte-

4 Na literatura da Linguística Cognitiva costumam grafar-se as metáforas conceituais em maiúsculas, distinguindo-se das expressões dessas metáforas, grafadas em minúsculas.

Alvo não seja arbitrária, há também uma enorme margem na escolha do domínio Fonte. E é aqui que reside a essência da problemática sobre a verdade ou falsidade da referenciação através da metáfora. Como todo o ato linguístico implica sempre uma argumentação e um ponto de vista, a escolha de um domínio para a metáfora nunca é indiferente... ou inocente.

Há uma forte tradição de análise que vê a metáfora baseada essencialmente num processamento de significado comum entre dois domínios. O processo de transferência de significado assentaria, por conseguinte, naquilo que é comum. Mas o que acontece, na verdade, é que para o processo de metaforizar um Alvo não há apenas uma Fonte possível, mas várias (Figura 5). É na opção de escolher uma entre as Fontes possíveis que se joga muito do significado global que a metáfora vai adquirir. Embora haja aspetos comuns entre a economia e uma máquina (*a economia do país encravou*) e a economia e um corpo (*a economia está doente*) pode não ser indiferente usar uma ou outra, conforme se verá a seguir.

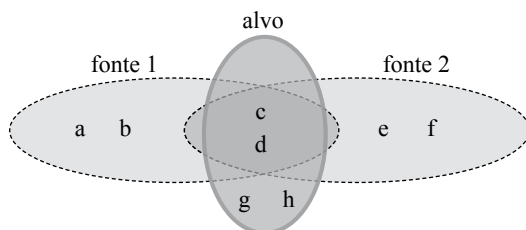


Figura 5

É que é toda a estrutura concetual que funciona e não apenas os aspetos comuns. A negatividade ou positividade da fonte e todos os valores a ela associados são elementos importantes para a construção global da associação metafórica.

É esta perspetiva que Gilles Fauconnier e Mark Turner (1996, 1998, 2002) desenvolvem, procurando complementar a visão de Lakoff e Mark Johnson com a noção de integração concetual (mesclagem ou “blending”).

A razão é a de explicar a construção do processo metafórico como um processo complexo na linguagem e não apenas como se tudo se reduzisse ao termo alvo e ao termo fonte. Nesta visão, propõe-se que os domínios fonte e alvo são projetados num espaço de integração ou mesclagem (“blend”) que não se relaciona apenas com eles (Figura 6, adaptada).

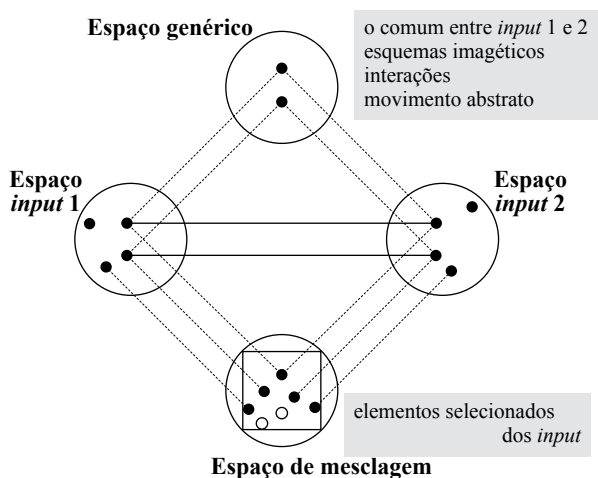


Figura 6

Assim, a integração conceitual realiza-se entre *espaços mentais* (representações mentais discursivas e temporárias) e não entre domínios (representações mentais estáveis e gerais). Os espaços mentais não selecionam apenas os valores do termo-Alvo e termo-Fonte, mas sintetizam todo o *stock* cognitivo e de conhecimento do mundo do falante.

O exemplo citado é *Este cirurgião é um talhante/carniceiro* (*This surgeon is a butcher*). O valor “incompetência” com que a metáfora caracteriza o cirurgião, não está presente prototipicamente na fonte (talhante, carnicero)⁵. Ter como profissão cortar carne para servir o público não quer automaticamente dizer que se tem de ser incompetente enquanto talhante. O valor “incompetência” decorre de um processo de amálgama entre *cirurgião* e *talhante/ carnicero* e não do facto de a palavra “talhante/carniceiro” implicar necessariamente incompetência.

São propostos 4 espaços mentais que retratarão o processo. Os dois do modelo de Lakoff e Johnson aos quais se acrescentam mais dois: um espaço genérico (o espaço dos esquemas imagéticos, espaço de interações várias, dos movimentos necessários às relações entre *input 1* e *input 2* de molde a poder apreender-se não apenas o que

5 “For example, “*This surgeon is a butcher*” has as part of its central meaning “incompetence”, which is not available from either the input for the surgeon or the input for the butcher, but which is emergent in the blend.” (Fauconnier / Mark Turner 1998).

há de comum entre os dois *inputs*, mas todos os universos de crença que suportam as relações entre ambos) e um espaço de mesclagem ou *blend*, onde confluem os elementos recrutados dos *inputs* e respetivos resultados de mesclagem. No exemplo dado, os valores de incompetência, desleixo, rudeza, ligados a *cirurgia* serão consequência do funcionamento dos *inputs* 1 e 2, funcionamento esse resultante dos valores e das dinâmicas do espaço genérico.

O espaço mescla/*blend* aparece, desta forma, como autónomo, participando de todos os outros espaços, mas não se reduzindo à soma dos seus elementos ou valores⁶. E é esta autonomia que pode permitir mesclas variáveis em função da escolha de determinado elemento metaforizador (espaço *input* 1 na terminologia de Fauconnier e Turner). É nesta escolha que reside a direcionalidade semântica que a metáfora irá tomar e que, assim, se pode *orientar* em função do interesse ou do ponto de vista de quem escolhe. E que, portanto, se pode colocar a questão da veracidade ou falsidade da metáfora conforme se considere que a mescla que o processo metafórico faz retrata ou distorce a essência da comparação básica que cada metáfora sempre é.

5. Até que ponto a metáfora é argumentativa?

5.1. Metáfora e linguagem económica

Já atrás se disse que não se pode considerar a simulação que a metáfora faz como uma desadequação ou mentira: a expressão *argumento fatal* não pode ser vista como “mentirosa”, apesar de um argumento numa discussão não matar realmente ninguém. No entanto, como também se referiu, ao escolher-se um determinado domínio para Fonte está a orientar-se a direcionalidade das inferências que uma metaforização permite fazer.

A linguagem económica é um campo interessante para verificar este funcionamento de metáforas ideologicamente orientadas e questionar até que ponto elas realmente o são.

Este tipo de linguagem centra-se essencialmente em metáforas da economia como estrutura, exemplificadas sobretudo na estrutura do ecossistema natural (o corpo, o mar e fenómenos meteorológicos), na estrutura dos edifícios e na estrutura das máquinas.⁷

6 A integração concetual pode não ser metafórica, mas englobar outros movimentos mentais que incluem componentes lexicais (*portunhol* = *português*+*espanhol*) ou mesclas resultantes de fusões conceituais a nível frásico (*Se o primeiro ministro vivesse como o povo...*).

7 Ver José Teixeira (em publicação) “A Bolsa e a vida: sistematicidade e metaftonímia no discurso económico”.

Os economistas, os dirigentes políticos e, em eco, os jornais quotidianamente assim a referem: *a economía está doente, maré negra na bolsa, nuvens negras sobre os mercados, os alicerces económicos, as exportações aceleraram, a inflação abrandou.*

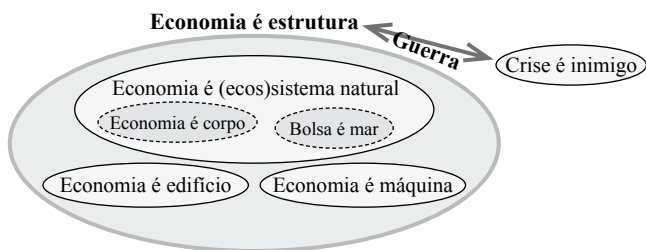


Figura 7

A crise é *inimigo* porque ataca o ecossistema económico (*tempestades, terremotos, doenças* para o corpo), ataca o edifício económico (*desmorona-se, abre brechas*), ataca a máquina económica (*encrava, abrandando, desacelera, para, desliga botões*).

É a escolha entre estas possibilidades (economia poder ser “um corpo”, “um edifício” ou “uma máquina”) que pode ser originada por posições ideológicas diferentes, implicando, portanto, perspetivas diferentes sobre o funcionamento da economia, das crises, do papel dos vários agentes, etc. Para uns, a economia como *máquina* é uma metáfora falsa e enganadora, preferindo para metáfora da economia um *ecossistema*:

One of the most pervasive false metaphors in economics is the *economy as machine*. It can be subtle or overt. But “economy as machine” is arguably the most powerful metaphor at work in contemporary economic discourse. [...] Daily doses of this sort of language add up over time, affecting our understanding of the way economies actually work. [...] A much more accurate metaphor for the economy is an *ecosystem*. We are simultaneously independent and interdependent. We can no more fix an economy than we can fix a rainforest or a coral reef. At best, we can leave it alone. Such is not the faith of a “market fundamentalist,” but the implication of a tradition informed by evolutionary thinking, the science of complexity and self-organizing systems. But let us not get too far afield (Borders 2011).

Para outros, porém, a economia deve ser metaforizada por máquinas ou veículos. O próprio título do artigo (“The economy is a ‘machine’, not a ‘body’”) coloca nitidamente as opções em causa:

The economy is a ‘machine’, not a ‘body’: The unseen power of metaphors in guiding how we think could be key to escaping from a prolonged economic crisis.

[...]

The significance of these two different metaphors turns out to be profound. Bodies - and thus, by implication, economies - are largely self-regulating, hence “It is best left on it’s own, except in cases of dire emergency”, Shenker-Osorio explained. What’s more, “it has volition and will ... it gets angry, it gets upset, it needs to be appeased”. Furthermore, “in almost all the talk that you hear, the economy is, in fact, in subject position, which is the other thing that I found most startling. ‘It’s suffering’, ‘it’s healthy’”. People are definitely secondary to the economy in this metaphor system”.

Things changed significantly with the second metaphor. “The most fundamental thing we know about vehicles is that they have drivers. The idea of a whole bunch of unmanned vehicles on the road ... That’s how you have crashes”, she said. In short, this metaphor “suggests at the most basic level the economy requires control”. It also quite naturally implies “going where you want to” (Rosenberg 2011).

Para Silva (2009), metáforas da crise económica denotam mesmo que, por trás, podem estar ideologias sobre o sistema económico em que se insere a sociedade capitalista ocidental:

São então as metáforas que permitem identificar as causas da crise. Sendo essas causas entendidas em termos de doença, catástrofe natural ou inimigo, isso quer dizer que a crise se deve a causas externas e incontroláveis. Está aqui a função ideológica mais influente e perversa das metáforas da crise: a atribuição da culpa a causas externas, imprevisíveis e incontroláveis e, consequentemente, a desculpabilização dos sistemas financeiros e económicos errados e das más políticas. Finalmente, se os efeitos da crise são inexoráveis e catastróficos, então dificilmente haverá soluções para esta crise se se mantiverem os sistemas vigentes, ou seja, é necessário mudar completamente os sistemas (o mercado livre e o capitalismo são tão maus ou mesmo piores do que outros sistemas), é preciso nascer de novo. Nesta última ideia, mais dissimulada, a crise torna-se metáfora do falhanço dos actuais sistemas financeiros e económicos e da culpa dos seus autores (Silva 2009: 308-309).

Que a escolha do domínio fonte da metáfora induz determinado tipo de valorizações e orienta a interpretação da realidade metaforizada, parece dever ser facilmente aceitável. Obviamente que o *espaço de mesclagem*, para usar a terminologia de Fauconnier, poderá acarretar implicações diferentes se feito a partir de diferentes

inputs. Mas até que ponto este processo implica uma orientação obrigatoriamente uniforme no que diz respeito a uma específica crença ou ideologia de molde a poder afirmar-se que determinada metáfora sobre a economia é verdadeira e que uma outra é falsa? Escolher a metáfora da economia como máquina implica acreditar cegamente nos mercados?:

the whole idea of fixing, running, pumping, regulating, or designing an economy rests on the idea that, if the right smart guys are at the buttons, the economy can be ordered by intelligent design. But there are no buttons. There are no pumps. Neither central bankers nor government bureaucrats can fly in like a *deus ex machina* to correct things. Why? Because knowledge, Hayek reminds us, is not concentrated among a few technocrats, but is dispersed among billions of people. The economy is too complex to be engineered. It is dynamic and organic. (Borders 2011).

Esta argumentação defende que a metáfora da máquina, para a economia, implicará aceitar que as máquinas podem ser reguladas e orientadas por especialistas, condutores, e isso levará à aceitação passiva dos dominadores do mercado como deuses sabedores do respetivo funcionamento.

Mas não necessariamente. O falante sabe que o processo metafórico é um processo por atribuição de propriedades e não por implicação pura. Ou seja, o falante sabe que nem tudo o que está no metaforizante é atribuível ao metaforizado, mas apenas alguns elementos a seleccionar. É este processo de selecção que garante a não univocidade e a (relativa) liberdade que o falante tem de escolher que elementos da Fonte são atribuíveis ao Alvo. Neste caso, pode escolher o que é que no funcionamento das *máquinas* é semelhante ao funcionamento da *economia*. E como em cada domínio pode haver traços contraditórios, há bastante espaço para interpretações contrastantes dentro da mesma metáfora. Por exemplo, as máquinas são reguláveis por especialistas, mas também são utilizáveis por pessoas comuns, pessoas “normais”. Por isso, uma metáfora como *a economia acelerou/ desacelerou* não implica necessariamente que tal facto se deveu apenas aos *condutores* e que estes são os banqueiros e os donos do dinheiro, mas pode ser também interpretada que, havendo diferentes graus de contribuição, foi toda a sociedade que participou no processo e que o mérito ou demérito não cabe apenas aos “smart guys at the buttons”, como refere a citação de Borders. Dizer que *o motor económico está com problemas* não esconde necessariamente uma ideologia crítica do sistema capitalista e acusador dos “smart guys at the buttons” por implicar que as máquinas falham por erros de quem as usa. As máquinas também falham sem ser por erros de quem as usa, mas por fadiga de materiais, porque precisam de ser oleadas, limpas e alimentadas. Pode, portanto, a mesma

metáfora servir a ideologia contrária, dizendo que os condutores são bons, a máquina económica é boa e até tem de ser reforçada, oleada, alimentada e dar-se-lhe mais aceleração e força. A mesma metáfora base (ECONOMIA É MÁQUINA) permite, portanto, filtrar elementos dispares que possibilitarão suportar visões não coincidentes sobre a mesma realidade metaforizada (Figura 8).

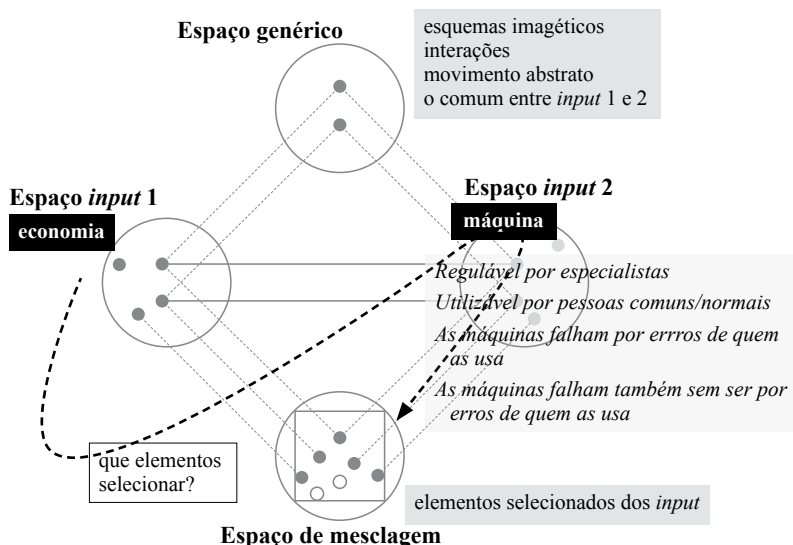


Figura 8

As metáforas não são “verdadeiras” ou “falsas” no sentido de terem ou não conformidade total com a realidade que designam. Nenhuma metáfora é “completamente verdadeira”: quanto mais metáfora, mais o falante sabe que ela não é a “realidade a representar”. E por não se basearem no modelo dual verdadeiro-falso, é que metáforas “opostas” podem não ser mutuamente exclusivas. Por isso, a economia pode ser descrita metaforicamente em simultâneo com metáforas diversificadas (“contraditórias”, teria que se dizer se se atribuisse a veracidade a umas e a falsidade a outras): *Nuvens negras nos mercados podem afetar os alicerces da economia europeia, levá-la a abrandar ou ao colapso e contagiar a economia mundial*. A frase não fica como um conjunto de paradoxos (caso as metáforas fossem contraditórias) embora englobe praticamente todos os domínios que se usam para metaforizar o campo económico:

*Nuvens negras nos mercados (ECONOMIA É ECOSISTEMA NATURAL)
podem afetar os alicerces da economia europeia (ECONOMIA É EDIFÍCIO),
levá-la a abrandar (ECONOMIA É MÁQUINA)
e contagiar (ECONOMIA É CORPO) a economia mundial.*

5.2. Metáfora e especificidades culturais

Ao chamarem a atenção para a importância do espaço genérico no funcionamento do processo metafórico, Fauconnier e Turner permitem que se dê a verdadeira importância ao papel que as especificidades culturais desempenham. Na realidade, a metáfora implica um espaço sobreposto de crenças e visões, sendo a primeira a de que Fonte e Alvo, mesmo sendo diferentes, possuem aspetos relacionáveis e comuns e que as características referentes à Fonte que entram no processo são conhecidas pelo recetor. Quanto maior for o conhecimento comum sobre a Fonte, mais poder de comunicação terá a metáfora. Além disso, recorrer a uma Fonte que se sabe ser partilhada e identificadora de valores e crenças comuns ao emissor e recetor exponencia a força da metáfora na medida em que reforça a noção de pertença de grupo, não apenas linguístico mas também cultural. Faz com que o recetor sinta que aqueles valores também são os seus.

Esta cumplicidade cultural é, como se compreende, muito apelativa para o recetor. Ela facilita a aceitação da metáfora e, até certo ponto, pode ser um instrumento auxiliador da adesão à intenção argumentativa e discursiva em que se insere. Mas apenas isso, até certo ponto. Porque se é confortável aderir a uma metáfora culturalmente reconhecida isso não implica uniformidade de interpretação.

Na continuação da temática que temos vindo a analisar, um bom exemplo é o braço marcadamente lusitano do processo metafórico do discurso económico. Neste, os domínios *país*, *economia*, *bolsa de valores* funcionam frequentemente como realidades intermetonimizáveis que a Figura 7 esquematiza. E se, tomando a bolsa de valores por referência, as metaforizações são praticamente universais⁸ (pelo menos no “universo” da sociedade económica global) há, contudo, um ramo luso que diretamente entronca num aspeto muito específico e característico da nossa cultura.

Se a bolsa de valores e a situação económica podem ser metaforizadas (e são-no muitas vezes) como de *temporal* e *tempesta*, será inevitável em português o *priming Cabo das Tempestas* (Figura 9).

8 Ver Teixeira (em publicação) “A Bolsa e a vida: sistematicidade e metaftonímia no discurso económico”.

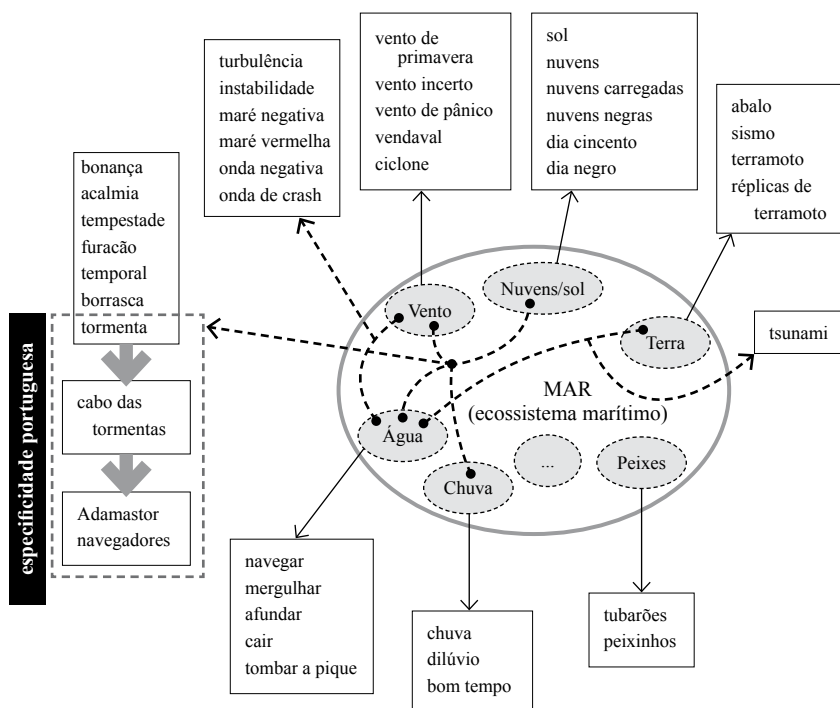


Figura 9

Não admira, pois, que até o próprio chefe do governo de Portugal aí vá ter:

“Tenho não só a convicção, mas a certeza de que estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para garantir que vamos atingir as metas a que nos propusemos. Da mesma maneira que atingimos as metas que tínhamos para este ano, atingiremos as metas para 2012 e a partir de 2013 todos estaremos mais confiantes de que Portugal terá dobrado o cabo das tormentas”, afirmou Pedro Passos Coelho, durante um convívio de Natal do grupo parlamentar do PSD, no Parlamento. (Jornal *Económico*, 21/12/2011, http://economico.sapo.pt/noticias/em-2013-portugal-tera-dobrado-cabo-das-tormentas_134302.html).

Na comunicação social, a metáfora recruta outras no mesmo domínio: *cabo das Tormentas* > *Adamastor* > *navegantes*.



Figura 10 (Luís Afonso, *Bartoon*. *Jornal Público*).

O cartune (Figura 10) é sintomático para mostrar as múltiplas abrangências da mesma metáfora. Se *o Cabo das Tormentas* representa inequivocamente a difícil situação económica, já será mais problemático saber quem metaforiza o navegador quinhentista que vence o Cabo. Para o Primeiro Ministro, subentende-se que quer que se interprete que o “vencedor” do cabo das Tormentas será o povo português (numa interpretação que o próprio primeiro Ministro quer que seja feita, já que o favorece como “capitão” e comandante desse povo vencedor). Ao usar esta metáfora está-se, de certa forma, a implicar um padrão ideológico: que o povo português é um herói; que o ato será heroico; que há alguém a comandar (o próprio Primeiro Ministro) que sabe o que está a fazer e tem um rumo bem definido e vencedor para o *barco* (Portugal) que comanda. Nota-se, portanto, que a metáfora possui valores, implicações e uma função ideológica subjacente. É, portanto, argumentativa, partindo destas inferências e subentendendo-as como partilhadas e indiscutíveis para quem a aceitar enquanto metáfora adequada.

E aqui pode colocar-se a questão da veracidade da metáfora. E esta veracidade/falsidade não dirá apenas respeito a uma (des)adequação “ideológica”, mas à própria (des)adequação semântica referencial. Ou seja, a metáfora pode ser falsa porque não é adequada para representar a realidade:

O cronista João de Barros, nas *Décadas da Ásia*, relatou a viagem de Bartolomeu Dias quando, em 1488, dobrou o cabo, depois chamado Tormentoso ou das Tormentas, e que o rei D. João II reavaliou e rebaptizou como Cabo da Boa Esperança. E foi esta simbologia da História que o primeiro-ministro, mais de cinco séculos depois, utilizou para dizer ao País que a Esperança está ali à espera, ao dobrar das Tormentas.

O primeiro-ministro reconhece assim que a sua política é tormentosa, o que reúne largo consenso. Mas quanto à Boa Esperança, ao dobrar o cabo, nem tantos pensam assim. Há mesmo quem diga, e sustente com dados e avaliação de rigor, que a política actual não só vai deixar o País consideravelmente mais endividado, como vai levar os portugueses à miséria e desfalcar a democracia (João Paulo Guerra, *Jornal Económico*, 23/12/2011).

Note-se, no entanto, que mesmo quem considera a metáfora falsa ou desadequada não questiona que se *pode* pensar nestes termos. Aceita-se, implicitamente, que se *pode* imaginar a situação da crise como a situação das dificuldades que tiveram que vencer os marinheiros quatrocentistas (mais correto que quinhentistas). Ou seja, a imagética de comparar o povo (com o Primeiro Ministro a comandar...) a herói e de a situação ser histórica passa inquestionada. É essencialmente nesta aceitação tácita que a metáfora se revela um poderoso instrumento de inferências implicitamente partilhadas. E o seu poder principal reside precisamente no facto de estas inferências se poderem ir acamando, solidificando em quadros mentais, estereótipos e representações sociais que ajudam a moldar a maneira como pensamos e vemos o mundo.

Mas isto não implica admitir que cada metáfora é um caminho de sentido único e que a respetiva interpretação ou valência é unívoca. A mesma metáfora, na essência, pode apresentar grande divergência de interpretação. Ou seja, recetores diferentes podem usar e aceitar como adequada (verdadeira) uma mesma metáfora, mas dando-lhe correspondências não só diferentes como antitéticas.

As divergências de interpretação não podem ser confundidas com as deturpações ou interpretações propositadamente desviantes com finalidades retóricas, humorísticas, etc. Repare-se que para o jornalista, a metáfora de *Cabo das Tormentas* teria sido aplicada, segundo o Primeiro Ministro, à sua própria governação (“O primeiro-ministro reconhece assim que a sua política é tormentosa”). Ora é muito improvável que assim seja. Esta interpretação distorce bastante a metáfora usada, já que o Alvo da metáfora era a situação económica do país e não, obviamente, a censura à sua própria política. O que aqui se faz é substituir o Alvo da metáfora (situação económica) por um outro

metonimicamente relacionado (política de governação) alterando completamente (invertendo mesmo) o *blending* final. Em vez de “a governação é boa, a situação é tormentosa” é interpretado (ou distorcivamente interpretado) “a situação não é boa, (porque) a governação é tormentosa”.

As reais divergências na interpretação de uma metáfora acontecem quando, admitindo-se a mesma relação Fonte-Alvo, há divergências na forma como esta relação se estrutura. Aceitar que a situação económica é o *Cabo das Tormentas* não implica pressupostos ideológicos idênticos quanto à situação nem quanto às suas causas. Para o Primeiro Ministro, as causas da situação (o monstro Adamastor) foram os governos anteriores, a má gestão do país, o Estado gastar mais do que o que devia. Causas internas, portanto. Para outros (ver Figura 10), as causas, o *Adamastor*, são as agências financeiras. No fundo, para esta visão, as verdadeiras causas são externas e não internas:

Portugal é um pequeno barco num mar agitado. Exigem-se bons timoneiros mas se o mar for excessivamente agitado não há barco que resista, mesmo num país que séculos atrás andou à descoberta do mundo em cascas de noz. A diferença entre então e agora é que o Adamastor era um capricho da natureza, depois da borrasca era certa a bonança e só isso tornava “realista” o grito de confiança nacionalista, do “Aqui ao leme sou mais que eu...”.

Hoje, o Adamastor é um sistema financeiro global, controlado por um punhado de grandes investidores institucionais e instituições satélites (Banco Mundial, FMI, agências de avaliação de risco) que têm o poder de distribuir as borrascas e as bonanças a seu bel-prazer, ou seja, borrascas para a grande maioria da população do mundo, bonanças para eles próprios (Boaventura de Sousa Santos, <http://rsurgente.opsblog.org/2011/01/12/o-que-esta-em-causa-ajuda-do-fmi-ameaca-portugal/>).

Para uma visão, o *monstro Adamastor* que poderá impedir dobrar o *Cabo das Tormentas* são os gastos do Estado⁹, causas e razões internas. Para outra visão, esse mesmo *Monstro* é totalmente externo: são os especuladores internacionais, as agências financeiras, no fundo, o sistema (capitalista) que detém o poder do dinheiro. Interpretações e ideologias bem diferentes que a mesma metáfora suporta.

9 Classificar o Orçamento de Estado (OE) como “O Monstro” ficou célebre depois de Cavaco Silva (da mesma área ideológica do Primeiro Ministro Passos Coelho) em Fevereiro de 2000 escrever num jornal um artigo sobre o OE assim intitulado.

6. Conclusão: metáfora, verdade e mentira

Ao ligar o processo metafórico às estruturas da construção e processamento conceitual, a Linguística Cognitiva permite que se focalize de uma maneira particular em que medida e em que moldes a metáfora consegue ser uma forma de aceder e construir um determinado tipo de significado. Reconhecendo-se que a base do processo consiste em tomar uma realidade (A) por uma outra (B) de um domínio diferente e compatibilizá-las num processo de identificação (“A é B”), pode colocar-se a questão de saber até que ponto este funcionamento é *verdadeiro* na medida em que a equivalência feita pode ser tida como inexata. Por isso mesmo, as teorias generativas que, no dizer de Lakoff, nunca esconderam o medo da metáfora, arrumaram os processos e as expressões do fenómeno metafórico numa dependência que deveria ficar fora dos fenómenos centrais das línguas naturais.

Evidenciando, contudo, que o processo metafórico não sendo um processo apenas linguístico é um processo normal do funcionamento da cognição humana que as línguas também espelham, os estudos de pendor cognitivo vêm demonstrando a estreita relação entre a metáfora e a metonímia e a necessidade de se ver o referido processo como mais complexo, envolvendo não apenas duas áreas ou domínios, mas mais *espaços mentais* necessários ao respetivo funcionamento.

Deste modo, pode comprovar-se a grande influência que as especificidades sócio-cognitivas têm na sistematização, construção e interpretação da globalidade do processo: cada metáfora implica sempre um espaço mental em muito partilhado pelo emissor e pelo recetor e muitas vezes específico de uma determinada comunidade ou cultura. Manipular as inferências necessárias à construção e interpretação de uma metáfora é sempre um processo orientador de interpretações e implicador de determinadas visões do mundo (que por vezes podem pressupor ideologias mais ou menos vincadas).

Assim, se cada metáfora é sempre um caminho orientado para determinada cognição/ interpretação da realidade, ela também não pode ser vista como portadora de interpretações absolutamente pré-determinadas. A questão da “verdade”/ “falsidade” das metáforas assenta numa das suas dimensões mais ricas, mais eficientes e simultaneamente mais problemáticas: na heterogeneidade dos indivíduos, das línguas e das sociedades. Cada metáfora é sempre um modelo com mil faces e mil portas para a interpretação de um aspeto da realidade. Só que nem todos vão pela mesma porta... porque as nossas chaves são, por vezes, bastante diferentes.

E por isso, porque o processo metafórico é, essencialmente, um processo ilógico, “mentiroso” na medida em que aceita que A sendo diferente de B pode ser dito como *A é B*, a metáfora é sempre a meia verdade de uma mentira.

Referências bibliográficas

- Barcelona, Antonio (ed.) (2000): *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective* (Berlin: Mouton de Gruyter).
- Borders, Max (2011): “The Economy: Metaphors We (Shouldn’t) Live By” (August 1, 2011), *Library of Economics and Liberty* [Retrieved February 1, 2013]. Disponível em <<http://www.econlib.org/library/Columns/y2011/Borderseconomy.html>>.
- Damásio, António (2004 [1999]): *O Sentimento de Si: O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência* (Lisboa: Publicações Europa-América).
- Dirven, René / Pörings, Ralf (eds.) (2002): *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast* (Berlin: Mouton de Gruyter).
- Fauconnier, Gilles / Turner, Mark (1996): “Blending as a central process of grammar”, in A. Goldberg (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*, 113-130 (Stanford: CSLI Publications).
- Fauconnier, Gilles / Turner, Mark (1998): “Conceptual Integration Networks”, *Cognitive Science* 22(2), 133-187. Disponível em <<http://www.cogsci.ucsd.edu/~faucon/BEIJING/CIN.pdf>> em 23/03/2011>.
- Fauconnier, Gilles / Turner, Mark (2002) : *The way we think – conceptual blending and the mind’s hidden complexities* (New York: Basic Books).
- Goossens, Louis (1990): “Metaphonymy. The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action”, *Cognitive Linguistics* 1-3, 323-340.
- Lakoff, George / Johnson, Mark (1980): *Metaphors We Live By* (Chicago: The University of Chicago Press).
- Lakoff, George / Johnson, Mark (1999): *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought* (New York: Basic Books).
- Lyons, John (1977): *Semantics* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Rosenberg, Paul (2011): “The economy is a ‘machine’, not a ‘body’”, en *Al Jazeera* 24/08/2011. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/08/2011821102242384922.html>>.
- Silva, Augusto Soares (2009): “O que sabemos sobre a crise económica, pela metáfora. Conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa”, Anexo dos Congressos 6.º SOPCOM / 8.º LUSOCOM, 291-311 (Braga: Universidade Católica Portuguesa).

Turner, Mark / Fauconnier, Gilles (2002): *The Way we Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities* (New York: Basic Books).